

# Não é do ramo

JORNAL DE BRASÍLIA

Quem teve a honra de fazer a leitura do orçamento geral da União para 1987, na sessão extraordinária do Congresso Nacional, foi o senador João Lobo, do PFL, piauiense. Um momento solene na vida pública do Brasil, ocorrido às 18h30 de terça-feira. Afinal, o orçamento geral da União constitui um avanço democrático sobre o orçamento fiscal. Trata-se de uma construção orçamentária unificada, pois amarra nas mesmas contas de receita e despesa os agregados financeiros do orçamento monetário. Até 1985, o fiscal e o monetário funcionavam como orçamentos isolados ou estanques — patrocinando manipulações não controláveis ao longo do exercício. Os rombos do orçamento fiscal eram cobertos por repasses ou injetões do orçamento monetário, dando ao Executivo o pleno poder de gastar o dinheiro que não tinha em coisas de que o Brasil até nem precisava.

Agora, com o orçamento geral (fusão do monetário com o fiscal), estamos praticando um exercício saudável da transparência orçamentária. Primeira possibilidade de algum controle político ou social sobre a administração dos cofres públicos, vulgo dinheiro do povo.

#### Palavra Final

Orçamento nacional é coisa muito séria. Ele dá a exata medida do que o Governo vai fazer no ano que vem. E sua tramitação pelas 22 comissões da Câmara e 17 comissões do Senado permite aos representantes do povo interferir na armação do "plano de vôo" da União: o Congresso não pode aumentar o tamanho do bolo, mas pode redistribuir melhor as fatias do bolo.

Sem essa participação direta do Legislativo, o Executivo acaba ditando a seleção das prioridades nacionais e a exi-

gência dos programas de Governo a partir de algum gabinete encarregado de álgebra, tocado por meia dúzia de tecnocratas investidos da "palavra final" em matéria de formulação dos objetivos sociais. Como nas melhores autocracias.

#### Dois Mais Dois

O orçamento nacional deve ser levado a sério, mas o Congresso brasileiro não se faz respeitar. A leitura do orçamento geral da União, terça-feira, às 18h30, contou com a presença, em plenário, de dois deputados e de dois senadores.

O grande resto continua não sendo do ramo.

#### Último Agiota

Se depender da proposta orçamentária, o congelamento dos preços por Decreto-Lei vai durar, no mínimo, até 31 de dezembro do ano que vem. Simplesmente porque as contas de receita e despesa estão comprometidas com uma inflação igual a zero. Os empresários já receberam esse recado: o Governo não vai descongelar coisa alguma, com ágio ou sem ágio.

O ministro Dilson Funaro reafirma:

A população brasileira pode apostar na manutenção do congelamento por prazo bem maior que o imaginado em março ou abril. O descongelamento só virá quando os custos (e não apenas os preços) estiverem estabilizados no conjunto da economia brasileira. Logo, quem vai marcar a data para a soltura dos preços, sem o risco de uma recarga inflacionária, é o próprio mercado e não o Governo. Até aqui, a cobrança do ágio demonstra que a mentalidade inflacionista de certas pessoas e de certas empresas ainda não foi destruída. O descongelamento terá de aguardar a aposentadoria do último agiota".

A inflação brasileira está reprimida, mas não suprimida. Ela se manifesta na cobrança do ágio, vulgo "inflação socialista". E o mais grave: ela resiste nas causas ainda não removidas. A principal delas, que não é a única, mas é a maior: o "déficit" público.

Transparente ou explícito, o buraco lunar para 1987 está projetado para 2,5% do PIB, qualquer coisa parecida com C\$ 95 bilhões. A contratação desse "déficit" nas colunas do orçamento geral da União revela que o Governo esgotou a possibilidade de reduzir as despesas e não se atrave a inventar novas receitas. O buraco de C\$ 95 bilhões terá de ser financiado com títulos da dívida pública. Com emissões de moeda ou com poupança alheia, vulgo dívida externa. Trata-se de um processo de realimentação do "déficit", que tem exatamente nos encargos financeiros das dívidas passadas a sua expressão matematicamente exata: C\$ 100 bilhões.

O Governo vai ter no custo financeiro da dívida praticamente o mesmo dispêndio exigido pelo funcionalismo público, folha de pagamentos projetada para C\$ 105 bilhões.

#### Cavalo Xucro

Única saída honrosa: a redução dos gastos, via reforma administrativa, que começa agora pela edição de oito decretos presidenciais. A matéria é tão abrasiva que o Ministério da Administração, mal instalado, acaba de ser transformado em Secretaria da Administração Pública, subordinada diretamente, por dentro do Palácio, ao gabinete da Presidência da República.

Objetivo político: dar força palaciana ao projeto, tentativa de levar o Governo a governar-se: